



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012. (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil.

1. Que procedimentos administrativos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a fase em que se encontra, para apurar as denúncias veiculadas medidas foram efetivamente tomadas com relação a todas as pessoas envolvidas nas denúncias veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo quanto ao aumento patrimonial inconsistente com a renda percebida, do Senhor Antonio Palocci, uma vez que referido patrimônio multiplicou por vinte vezes nos últimos anos.
2. Que providências administrativas foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos e para buscar a devolução dos valores eventualmente desviados ou apropriados indevidamente.
3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4. Algum dos envolvidos nas denúncias ocupa algum cargo ou função pública, seja na administração direta ou indireta? Em caso afirmativo, qual seria o cargo ou função ocupada em qual órgão ou empresa?

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reportagem da Folha de São Paulo de 15/05/2011, “Semanas antes de assumir o cargo mais importante do governo Dilma Rousseff, o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) comprou um apartamento de luxo em São Paulo por R\$ 6,6 milhões. Um ano antes, Palocci adquiriu um escritório na cidade por R\$ 882 mil. Os dois imóveis foram comprados por uma empresa da qual ele possui 99,9% do capital. o então Ministro da Casa Civil Antonio Palocci multiplicou por vinte seu patrimônio nos quatro anos em que esteve na Câmara dos Deputados, período imediatamente após ter sido Ministro da Fazenda do Governo Lula.”

Os salários percebidos por Antonio Palocci nesses quatro anos seriam insuficientes para pagar os dois imóveis que adquiriu antes de assumir o cargo de Ministro da Casa Civil.

Em 2006, quando se elegeu deputado federal, segundo a Folha de São Paulo “Palocci declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio estimado em R\$ 375 mil, em valores corrigidos pela inflação. Ele tinha uma casa, um terreno e três carros, entre outros bens. Com o apartamento e o escritório, Palocci multiplicou por 20 seu patrimônio nos quatro anos em que esteve na Câmara -- período imediatamente posterior à sua passagem pelo Ministério da Fazenda, no governo Lula.”

Ou seja, houve um incrível crescimento do patrimônio do então Ministro da Casa Civil, fato que levou a serem levantadas suspeitas sobre a origem de tal patrimônio, fazendo com que o Senhor Antônio Palocci deixasse o cargo.

Ainda sobre o assunto, a Veja, de 20 de maio de 2011, em sua edição on line, noticiou que “No domingo, a Folha de S.Paulo revelou que o patrimônio do ministro cresceu vinte vezes - de 375 mil a 7,4 milhões de reais - entre 2006 e 2010, período em que o ex-homem forte do governo Lula cumpria mandato de deputado federal. Sem detalhar suas atividades de consultor, Palocci tentou explicar a fortuna comparando-se a outros chefes da área econômica.”

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é moralmente aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados